

Manuel S. Porteiro

Livre-arbítrio e Determinismo



MANUEL S. PORTEIRO
Livre-arbítrio e Determinismo

Conferência proferida na Sociedade Constância, no dia 5 de junho de 1929, e publicada pela revista “La Idea”, em 1936.

Tradução de Ciro Pirondi

Edição Digital

PENSE – Pensamento Social Espírita

Caderno Cultural Espírita - nº 1. Santos - Licespe – 1987

Edição da Capa:

Alexandre R. Distefano

Versão digitalizada:

© 2022

Distribuição gratuita:

Portal Luz Espírita

Autores Espíritas Clássicos



Manuel S. Porteiro

Livre-arbítrio e Determinismo

Conferência proferida na Sociedade Constância, no dia 5 de junho de 1929, e publicada pela revista "La Idea", em 1936.

*Edição Digital
PENSE – Pensamento Social Espírita
Caderno Cultural Espírita - nº 1. Santos - Licespe – 1987*

Sumário

- Redescobrimo Porteiro — pág. 08
- Livre-arbítrio e Determinismo (Introdução) — pág. 09
- Questão de vida ou morte para o Espiritismo — pág. 11
- Negação e limitação da liberdade humana — pág. 13
- A inexorável lei do progresso moral — pág. 15
- Da mecânica molecular ao motivo mais forte — pág. 17
- O que tem que ser está escrito? — pág. 18
- Invenções pseudofilosóficas fracassadas — pág. 19
- Ato livre sem razão: um absurdo — pág. 21
- Neurastênico asno de Buridan — pág. 23
- Conflito de marionetes inanimadas — pág. 24
- Satisfação, mérito, responsabilidade — pág. 26
- Efeito inteligente, causa inteligente — pág. 28
- Síntese conciliadora — pág. 30
- Espaço e tempo: concepções relativas — pág. 32
- Falhas e parcialidades das predições — pág. 33
- Simple aparência de fatalidade — pág. 35
- A doutrina dos sonolentos — pág. 37
- Livre-arbítrio proporcional — pág. 39
- O homem, uma força atuante — pág. 40



Manuel S. Porteiro (1881 - 1936)

Nasceu em Avellaneda, província de Buenos Aires, em 25 de março de 1881 e desencarnou, ali mesmo, em 18 de fevereiro de 1936. Em 1910 começou sua participação ativa no movimento espírita, vinculando-se desde esse momento à Confederação Espírita Argentina (CEA), na qual foi desempenhando diversos cargos, até chegar a ser seu presidente, no período de abril de 1934 a março de 1935. Dirigiu durante vários anos seu órgão oficial, a revista La Idea, na qual escreveu numerosos editoriais e artigos sobre os mais variados temas, sempre sob a ótica espírita.

Nessa época, sob a segura direção de Porteiro, a CEA e La Idea constituíram a vanguarda progressista do Espiritismo na América e no mundo. A partir daí, Porteiro, e seu grupo de abnegados trabalhadores espíritas, como Hugo Lino Nale, Bernabé Morera, Ageo Culzoni, Luis Postiglioni e os jovens Santiago Bossero e Humberto Mariotti, escreviam com paixão, viajavam incessantemente por todo o país, dirigindo cursos de formação espírita e fomentavam as relações com o movimento espírita internacional.

O meridiano principal do mundo espírita progressista passava obrigatoriamente, naquela época, pela Argentina e Porteiro era seu referencial fundamental.

Eram essas as linhas básicas de seu pensamento e sobre elas girava todo o seu esforço: sustentar a visão integral do Espiritismo como filosofia científica com profundas conseqüências morais e sociais; rechaçar a definição do Espiritismo como religião ou como uma nova variante do cristianismo; colocar a necessidade do estudo da Doutrina como base para criar a convicção espírita, começando com as obras de Kardec, como base pedagógica; subordinar a mediunidade ao enfoque espírita para fazê-la racional, útil e orientadora; estimular a investigação experimental no campo dos fenômenos mediúnicos e paranormais; enfrentar as superstições e sincretismos que se mimetizam ou disfarçam com os rótulos espíritas; relacionar o movimento espírita nacional e internacional com as lutas pela paz mundial, contra a discriminação de qualquer classe, com as campanhas alfabetizadoras e com todo o esforço que tenda à construção de uma sociedade mais justa, livre, igualitária e fraterna.

Esplêndidas diretrizes que, em si mesmas, representam autênticos programas para desenvolver um Espiritismo dinâmico, culto, livre, aberto, adogmático, racionalista, laico, universalista, fraterno, solidário e amoroso.

Para expô-las e defendê-las, viajou Porteiro, em companhia de Mariotti, para participar do V Congresso Espírita Internacional, realizado em Barcelona, Espanha, em outubro de 1934. Nesse cenário, onde conviviam e divergiam as correntes latinas e saxônica do Espiritismo, brilhou o talento de Porteiro e a profundidade de sua formação doutrinária se fez sentir em diversas exposições e conferências públicas, que inspiraram respeito e fizeram-no credor de um amplo reconhecimento, como um dos líderes espíritas de maior prestígio em sua época.

Um elemento principal de seu pensamento e que constitui uma de suas contribuições mais originais, é a aplicação do método dialético na interpretação espírita do homem, da vida e do Universo. Ninguém antes dele e ninguém melhor do que ele até agora, soube empregar o método dialético para sustentar a concepção espiritualista e ao mesmo tempo demonstrar que, apesar do que se aceita tradicionalmente, as doutrinas materialistas que se apresentam a si mesmas como as donas da dialética, são em sua essência, profundamente antidialéticas.

Nessa mesma direção e ratificação da originalidade de suas idéias, Porteiro mostrou-se um firme partidário de uma sociologia espírita, que se traduzisse numa proposta concreta, na qual o Espiritismo e o Socialismo se

conjugavam para impulsionar a construção de uma sociedade de maior evolução material e espiritual.

Por ora, pela brevidade que impõe este artigo, basta dizer que Porteiro, já em seu tempo, criticou fortemente as tendências autoritárias, burocráticas, estatizantes, materialistas do socialismo marxista e se manifestou por um socialismo democrático, humanista, respeitoso das liberdades públicas e individuais, baseado em valores ideológicos espiritualistas e concretamente, espíritas, como haviam assumido ilustres personalidades do kardecismo como Léon Denis e Cosme Mariño.

Em seus três livros publicados Espiritismo Dialético, Conceito Espírita da Sociologia e Origem das Idéias Morais, assim como em centenas de artigos que estão espalhados pela imprensa espírita de seu tempo, se encontram magistralmente desenvolvidas todas suas idéias que foram, são e continuarão sendo, potentes focos de luz que orientam a todo aquele que havendo conhecido os princípios cardeais do Espiritismo, deseja aprofundar-se em suas conseqüências morais e sociais e queira transitar, sem desvios, por seus autênticos caminhos.

Porteiro foi um espírita completo. Humilde trabalhador manual, amoroso pai de família, autodidata que adquiriu com esforço e imensos sacrifícios uma extraordinária formação intelectual, até chegar a dominar amplos espaços no mundo da cultura, da sociologia, da filosofia e, naturalmente, da Doutrina Espírita.

Sem dúvida alguma, Porteiro está na galeria dos grandes do Espiritismo e muitos nos honram haver contribuído para resgatar sua memória e exaltar o imenso valor de sua contribuição à Doutrina que tanto amou e ao movimento a que tanto serviu.

Pensamento Social Espírita

Redescobrimo Porteiro

Redescobrimo Porteiro Manuel S. Porteiro, profundo pensador e escritor espírita argentino, são praticamente desconhecidos no Brasil e mesmo da grande maioria dos espíritas da América Latina. Redescobrir o pensamento de Porteiro é tarefa urgente, porque ele antecipou, construiu todo um entendimento da Doutrina Espírita que se torna moderno, atual e importante, no momento em que tentamos retirar o Espiritismo dos entulhos que uma visão mística e religiosa colocou sobre ele. O vigor da contribuição de Porteiro nos livros e artigos que escreveu foi destacado pelo Licenciado Jon Aizpúrua, conhecido escritor, conferencista e líder espiritista da Venezuela, em artigo publicado na revista, por ele dirigida, *Evolucion* (nº 75) sob o título *O Pensamento Vivo de Porteiro*, do qual nos permitimos destacar alguns tópicos, nesta breve homenagem que prestamos ao espírita portenho. Diz Aizpúrua: “Quando lemos e relemos, e cada vez mais desfrutamos os escritos desse grande espírito e espírita argentino, vamos apercebendo-nos da urgente necessidade que têm as novas gerações de estudar e nutrir-se do pensamento porteiriano, que continua vivo e atual, 50 anos depois – aliás, mais vivo do que nunca, quando alguns setores espíritas procuram converter nosso ideário numa das tantas variantes religiosas-cristãs que existem no mundo ocidental. A caracterização do Espiritismo como Ciência, Filosofia, Moral e Sociologia, em que tanto insistiu Porteiro, com sobras de razão, há de servir como dique àquelas inconvenientes tendências.” No mesmo artigo afirma ainda Jon Aizpúrua: “Pelas qualidades morais que adornaram sua pessoa, por sua ampla formação cultural e pelo valor e vigor com que assumiu sua militância nas fileiras espíritas, chegando ao extremo do sacrifício físico no cumprimento cabal de suas tarefas idealistas, Porteiro representa o arquétipo do Homem Novo, que o Espiritismo consegue produzir quando compreendido e vivido em plenitude”. Por essas razões é que resolvemos, neste primeiro número do *“Caderno Cultural Espírita”*, homenagear Manuel S. Porteiro, esperando que a divulgação de seu pensamento contribua para uma renovação das posições assumidas de maneira unilateral e concêntrica pelo movimento e pela maioria dos espíritas.

Livre-arbítrio e Determinismo (Introdução)

O que somos? Seres incapazes de autodeterminação, arrastados pela fatalidade ou totalmente comandados por fatores externos? Seres completamente livres, donos absolutos do nosso destino? Ou criaturas humanas dotadas de livre-arbítrio e responsabilidade, segundo nosso grau de evolução espiritual, e subordinadas às leis naturais e ao meio social em que vivemos?

Ao abordar o tema que me proponho desenvolver, não abrigo a pretensão de responder satisfatoriamente às exigências filosóficas às quais, sem dúvida, tem direito o culto leitor. Não pretendo, tampouco, em um simples trabalho, abarcar em todos os seus aspectos um ponto de doutrina tão vasto e complexo, tão difícil e, sobretudo, tão superior às minhas forças intelectuais como é o livre-arbítrio e a sua antítese, o determinismo, quando ilustres psicólogos, esclarecidos espiritistas têm escrito muito a respeito sem haver esgotado o tema. E creio que a solução satisfatória de problema tão escabroso corresponde à psicologia do porvir, refletida nas luzes do Espiritismo. Esta afirmação parecerá estranha, evidentemente, aos partidários do espiritualismo clássico, que crêem que o livre-arbítrio é um ponto de doutrina perfeitamente esclarecido, que não pode nem deve ser posto em dúvida, porque tem sido considerado por filósofos e teólogos como um dogma indiscutível, fundado na consciência universal. Também parecerá estranho aos deterministas, que crêem haver resolvido o problema da liberdade humana, negando-a e afirmando o determinismo com as elaborações da fisiopsicologia, com o materialismo histórico ou com a lei de causalidade universal. O Espiritismo, ainda que sustente como fundamento de sua moral o livre-arbítrio, não faz dele um dogma infalível nem põe travas à inteligência de seus adeptos, impedindo-os de refletirem, analisarem e esclarecerem esta questão, do mesmo modo que não exclui da análise os seus fenômenos, embora aceitos em grande parte como produzidos por entidades espirituais que viveram na Terra. Pelo contrário, a experiência, o livre exame, o raciocínio são, para o Espiritismo, a base de sua filosofia, e para o espiritista o fundamento de suas convicções, ainda que, como em toda doutrina racionalista, se diferencie em detalhes na

apreciação dos fatos e dos postulados que deles se depreendem. Nós, espiritistas, não queremos vencer sustentando um “preconceito”, como mais de um sábio mal-intencionado já disse. Buscamos a verdade e, crendo estar na posse de uma partícula desta, desejamos ilustrar com ela, na medida de nossos conhecimentos. Sabemos muito bem que não há verdades absolutas, que todas são relativas ao grau de capacidade e instrução de cada indivíduo, ao desenvolvimento científico de cada época e ao limite traçado à inteligência humana.

Manuel S. Porteiro Junho de 1929.

Questão de vida ou morte para o Espiritismo

Deste ponto de vista abordaremos o tema, não sem antes entrarmos em algumas considerações preliminares sobre a relativa importância que, a nosso ver, tem para o Espiritismo a solução de tão árduo problema. O materialismo tem pretendido tornar o livre-arbítrio uma questão de vida ou de morte para o Espiritismo, e é por isso que sobre ele foram dirigidos seus melhores ataques, opondo-se-lhes o determinismo em suas diversas formas, inclusive o fanatismo. E não poucos espiritistas, fazendo desta uma questão fundamental, têm respondido às impugnações, acreditando sem dúvida que, se não somos livres nem responsáveis por nossos atos, a causa do Espiritismo está perdida e seu conceito moral aniquilado. Longe de nós pretendermos debilitar a tese da liberdade, tal como se a depreende da filosofia espírita. Cremos que, com o livre-arbítrio ou sem ele, com a responsabilidade ou sem ela, o Espiritismo não sofre nenhum enfraquecimento e que o ser humano, tanto hoje como ontem e amanhã, seguirá igualmente o curso de sua evolução ascendente até seu destino superior, acredite ou não em sua liberdade moral e no mérito ou demérito de suas ações. Isso porque o que ele não fizer por sua livre vontade o fará apesar dela e, sem dúvida, com mais acerto, já que o Ser onisciente, que rege os destinos do Universo e de suas criaturas, sabe melhor do que estas o que convém a seus fins. E, ainda que o homem filosoficamente não o queira, lhe dará eternamente a satisfação pelas boas ações e o remorso pelas más; e onde e quando queira que este faça bem, tal bem será, tarde ou cedo, meritório à sua consciência e à de seus semelhantes, recebendo a justa e natural sanção por todas as suas ações, seja libertista, determinista ou fatalista. É curioso observar a divergência e o ilogismo que existem no campo da filosofia e das religiões. Sócrates e Platão, as maiores figuras do espiritualismo clássico, cuja sublime moral se identifica com a moral espírita, sequer mencionam a vontade e o livre-arbítrio. Epicuro, filósofo sensualista e de certo modo materialista, posto que nega a imortalidade da alma, é partidário do livre-arbítrio: “Ainda que o acaso o persiga com as coisas mais molestas, as enfermidades e os padecimentos – disse –, o homem reto e bom permanece livre, independente, feliz, pois pode evitar

tudo isso com um movimento para diante ou para trás, escapando assim à dor e à perturbação, como o átomo ao seu destino.”

Negação e limitação da liberdade humana

Os estóicos, cuja moral de sacrifício é proverbial na história, foram fatalistas nos dois primeiros períodos, desde Zenon até Sêneca, e libertistas, defensores da onipotência da vontade humana com Epíteto, no terceiro período.

Santo Agostinho, o filósofo católico por excelência, é de certa forma determinista. “O homem – disse ele – é invencivelmente determinado ou ao mal, por sua corrupção, ou ao bem, por seu Espírito Santo”.

Maomé ensina o fatalismo e Calvino a predestinação, enquanto Lutero afasta toda a intervenção divina dos atos humanos e pretende um livre-arbítrio absoluto, quando diz: “Sabemos por experiência, que Deus não se imiscui de modo algum na vida terrena”.

Voltaire, cético mas não ateu nem materialista, ainda que disfarçado por Hamon em determinista, sustenta a liberdade moral, mas nega a liberdade de evolução: “A liberdade não é outra coisa que o poder fazer o que quero... Vossa vontade não é livre, mas o são vossas ações.”

Stuart Mill, Guyan, Spencer e demais filósofos positivistas refutam o livre-arbítrio, mas não a responsabilidade. Os materialistas são, em sua maioria, deterministas e fatalistas, o que não impede que Buchner, célebre autor de *Força e Matéria*, limite-se a dizer que o livre-arbítrio faz o papel “subordinado” ou “secundário”, que “o homem é livre, mas tem suas mãos atadas e não pode transpassar o limite que lhe impôs a natureza”. Vale dizer que isto é menos uma negação do que uma limitação. Entre os antropólogos, psiquiatras, criminalistas e sociólogos, as opiniões estão completamente divididas. Iturricha, Joly e mil outros são libertistas; Tarde, Ferri e demais seguidores da escola positivo-materialista são deterministas, mas aceitam e sustentam, uns, a responsabilidade social, outros, o direito penal; alguns, como Carmignani e Berenine, não aceitam nem delitos, nem penas, nem responsabilidades, embora creiam nas “ofensas e defesas” sociais, enquanto Hamon, mais conseqüente com o determinismo positivista, não admite nada disso e só aspira à mudança do termo clássico “responsabilidade” para o de reatividade social, que, na verdade, representa apenas uma palavra mais moderna e mais bonita...

Marx, Engels e seus seguidores, partidários do materialismo histórico, crêem que tudo se determina em virtude e pela preponderância do fator econômico, que a vontade livre não existe nem no indivíduo nem na sociedade, mas que existirá quando o homem chegar a dominar as forças cegas da história. E, para terminar esta breve resenha, anotemos, de passagem, a opinião de alguns espiritistas que, como Quintin Lopez Gomez, vacilam a predestinação e o determinismo psicológico, fundando-se, respectivamente, na precognição, nos fenômenos premonitórios e nos motivos e causas determinantes.

A inexorável lei do progresso moral

Com o exposto, corroboramos nossa afirmação anterior: tanto as conceituações absolutas como as negativas, tanto os ilogismos como as vacilações, não têm mudado em nada as inclinações morais dos homens, nem influído em suas determinações. O progresso moral do espírito humano é uma lei inexorável e fatal, com a qual se vai identificando o ser à medida que evolui. Ele pode desconhecê-la ou distrair-se dela momentaneamente, em virtude de sua liberdade determinativa, relacionada à sua natureza perfectível e ao grau de sua evolução, que faz com que suas ações possam ser contingentes, mas jamais poderá enganá-la absolutamente porque ela faz parte da sua própria essência espiritual, e é necessária.

Feitas estas considerações, passemos a analisar o determinismo em suas várias formas e a expor o que, de acordo com o Espiritismo científico e filosófico, entendemos por livre-arbítrio.

Em geral, dá-se o nome de determinista a todo sistema filosófico que nega ao ser humano uma potência psíquica ativa, capaz de determinar-se. Isto não significa, no entanto – como mais de um autor supõe –, que todo sistema determinista seja necessariamente materialista, pois uma coisa é negar a alma e outra, anular uma de suas faculdades ou atributos.

Várias são as teorias que negam ao homem este poder determinativo. Exponhamos, pois, o mais sucintamente possível, cada um desses sistemas, para logo após fazer a crítica raciocinada dos mesmos.

O determinismo fisiológico sustenta que os atos de nossa vontade dependem da constituição orgânica, da estrutura e do estado particular de nosso cérebro e nervos, da hereditariedade, da alimentação e demais fatores de ordem exterior que agem sobre nós. Assim, afirmou Moleschott:

“O homem é a resultante de seus avós, de sua nutrição, do lugar, do momento, do ar, etc.... Sua vontade é a conseqüência necessária de todas estas causas..., a expressão necessária de um estado do cérebro produzida por influências exteriores”.

“Seus nervos, seu sangue e seus instintos – disse Taine – o arrastam; a rotina se sobrepõe a tudo; a necessidade fustiga e o animal avança.”

“A vontade – agregou Littré – é inerente à substância cerebral, como a contração é aos músculos, e o livre-arbítrio não é senão uma fase da atividade cerebral.”

Da mecânica molecular ao motivo mais forte

O determinismo positivista afirma, fundamentando-se nos dados da psicofisiologia, que, no processo psicológico do ato voluntário, desde a impressão externa ou interna dos centros cerebrais até a execução do ato se crê livre, não existem mais do que movimentos mecânicos, fáceis de serem esquematizados; que, em última análise, a ideação, a volição etc. tem sua causa e sua razão na mecânica molecular, e não na vontade livre do eu espiritual, que negam com a mesma ousadia com que negam a liberdade.

“A vontade – disse Hamon – é uma resultante... não tem influência alguma nem sobre a coesão dos motivos nem sobre a liberação. Ao contrário, depende deles... Não é uma entidade, uma faculdade, mas sim um momento do processo do ato.”

O determinismo psicológico sustenta que as decisões da vontade são determinadas necessariamente pelo motivo mais forte ou, mais explicitamente, que nós não nos determinamos, mas sim somos fatalmente determinados pelos móveis ou motivos e de nenhum modo influentes em nossa vontade, transformando-nos em sujeitos passivos e de nenhum modo influentes em nossas decisões.

O determinismo cosmológico parte do conhecido axioma de que não há efeito sem causa. “*Ex nihilo nihil*” dizem seus partidários: todo fenômeno está ligado a seu precedente por relações necessárias, tudo é determinismo por uma causa anterior; todo movimento no universo, tanto no mundo físico como no mundo psíquico e moral, é regido pela lei da causalidade. Portanto, afirmam, o livre-arbítrio é incompatível com o determinismo universal, com a conservação da energia, com a uniformidade da natureza. “Dizer que a vontade se determina por si mesma – disse Prestley – não representa absolutamente nenhuma idéia, mas implica, sim, um grande absurdo, a saber: que uma determinação, que é um efeito, pode produzir-se sem nenhuma espécie de causa.”

O que tem que ser está escrito?

O fatalismo não é mais do que uma das tantas variedades do determinismo. O destino, ou *"fatum mahumetanum"*, que alicerçava as antigas religiões gregas e que ainda constitui a base do "islamismo" e das crenças vulgares, é a crença em uma força ou deus cego, insensível, irresistível e impessoal. Para seus partidários, tudo está escrito de antemão e, por isso, ajamos como ajamos não acontecerá senão o que tiver que acontecer, o que está escrito.

O fatalismo panteísta, ao afirmar que tudo é Deus, afirma também que não há nada contingente, que tudo quanto é tem necessariamente que ser e que não existe, por conseguinte, nenhum ato livre. "Tudo o que Deus faz – disse Spinoza – procede necessariamente de sua natureza" e, sendo o homem parte da natureza divina, não pode querer senão o que Deus quer, nem fazer outra coisa além daquela que Deus faz por seu intermédio.

O fatalismo teológico extrai da presciência divina seu melhor argumento contra o livre-arbítrio. Sendo Deus onisciente, diz-se, todos os nossos atos foram previstos deste toda a eternidade, e o que Deus prevê acontece necessariamente, como e quando Ele quer. E como para Deus prever pode ser senão querer, determinar – pois seria rebaixar sua onipotência considerá-lo um simples adivinho – tudo o que ele quer e determina é fatal e, portanto, incompatível com o livre-arbítrio.

Esses são os principais sistemas deterministas, aos quais poderíamos somar o fatalismo histórico ou determinismo econômico que, como uma síntese do determinismo materialista, sustenta que o modo de produção de uma época, sua economia, determina, em última instância, tanto nos indivíduos como nos povos, as idéias morais, sua maneira de agir, sua ética e sua ideologia, e que o processo histórico da sociedade se desenvolve necessária e inconscientemente sem a intervenção da vontade humana. Mas o estudo desse sistema cabe mais à sociologia, e, ainda que resultasse interessantíssimo, não é este o momento de fazê-lo, pois aumentaria as proporções deste trabalho e nos levaria para além do fim que nos propusemos.

Invenções pseudofilosóficas fracassadas

Vimos que tanto o determinismo filosófico como o positivismo partem de uma base exclusivamente materialista: negam a potência psíquica determinativa, o eu espiritual, reduzindo-o a um mero efeito do funcionamento orgânico, e é lógico que, negando este, neguem também o livre-arbítrio, que constitui um de seus atributos. O primeiro é o conceito de uma escola fracassada, que passou ao arquivo dos absurdos científicos, depois de haver pretendido reduzir o homem a um pedaço de carne organizada, tirando da vida humana todo o seu valor e grandeza, e de haver rebaixado a virtude ao mesmo nível do vício. O segundo baseia sua teoria determinista no estudo do mecanismo cerebral – estudo muito interessante, sem dúvida, do ponto de vista psicológico, que nos ensina a conhecer o funcionamento da vontade, através do processo nervoso que lhe serve de antecedente ou conseqüente fisiológico e a distinguir os atos reflexos e automáticos dos atos voluntários, sem, no entanto, penetrar no íntimo do fenômeno psíquico da vontade, nem alcançar a sua dinâmica espiritual, o espírito, que é o sujeito ativo e a verdadeira causa das determinações.

O que nos pode ensinar a psicologia positivo-materialista acerca do trabalho interior da vontade, se prescinde do espírito, despreza os dados da consciência e julga o processo de volição por suas exterioridades? A vontade, conforme a frase ultrapositivista de Manouvrier, não é mais do que “uma tendência motriz resultante ou predominante: uma tensão nervosa intracerebral com direção centrífuga determinada”; como faculdade é inconcebível, e o espírito, como substância ativa, dotada de energia e poder determinativo, um absurdo.

Eis o que nos ensina esta pretensa ciência positiva da alma e de seus fenômenos.

Segundo seus partidários, a consciência nos engana: o livre-arbítrio não é mais do que uma ilusão, que depende da falsa crença de que nós nos determinamos, por desconhecimento das causas que nos determinam. E, para nos enganar e nos fazer voltar à realidade “positiva”, citam exemplos, como o famoso cata-vento de Bayle que, supondo-se capaz de desejos, crê marcar por si mesmo o norte, no momento em que o vento o

inclina para esse lado; ou a não menos famosa pedra de Spinoza que desejava cair e, quando cai, crê que é a causa de sua queda. Mas nem o cata-vento nem a pedra, nem nenhuma dessas invenções pseudofilosóficas têm desejos, consciência ou vontade, nem a comparação tem qualquer analogia com os atos livres do homem.

Ato livre sem razão: um absurdo

Parece-nos que, se a consciência de nossa liberdade volitiva, a certeza interior que dela temos não é um argumento científico para prová-la, muito menos o é o que se funda em um conhecimento incompleto, superficial, que toma os antecedentes causais da volição como verdadeira causa psicológica, excluindo o espírito para não ver no ato voluntário mais do que um motivo em conflito, cujo triunfo cabe ao mais prepotente.

Como se vê, para o determinismo positivista, a essência do assunto fundamenta-se na negação do espírito como sujeito determinativo.

O Espiritismo apresenta provas concludentes da existência do espírito como entidade consciente, inteligente e volitiva, independente de seu corpo somático. Provas científicas, baseadas nos fenômenos psíquicos paranormais, com as quais responde às negações do determinismo materialista.

Faz alguns anos, uma das figuras mais destacadas do positivismo contemporâneo, o professor Ferri, deu uma conferência em Buenos Aires sobre o tema que nos ocupa, e, para convencer o público sobre a verdade do determinismo, citou o fato de ter proposto a um estudante libertista, que pretendia rejeitar as suas teorias, passear nu pela cidade em pleno dia para provar seu livre-arbítrio. E, como o jovem não tivesse aceitado a prova, deduziu nosso sábio positivista que não era livre. Mas se o estudante, vencendo a vergonha, houvesse aceitado a proposta, o professor Ferri e seus sectários alegariam que também não era livre porque, no caso, teria triunfado o “motivo de contradição” (qualificado por Schopenhauer), já que de qualquer maneira sempre haveria um motivo.

Deste modo raciocinam os partidários do determinismo psicológico: acham que, para que exista verdadeira liberdade, o homem deve determinar-se sem motivo, sem razão; querer “porque sim”, “porque nos dá vontade”, como disse certo filósofo: “querer em seco”. Esta liberdade sem motivação é absurda e inconcebível, e os mesmos que nos falam dela não nos explicam, nem explicarão jamais, como e o que é que se pode querer sem motivo e sem razão. Se a determinação consiste na escolha dos motivos, suprimir estes é negar aquela. Sem causa e sem razão não há, pois, ato livre, porque a liberdade consiste precisamente na escolha, já que não é

possível querer *nada* ou decidir-se *por nada*, como não é possível igualdade de motivos, porque isto equivale à ausência dos mesmos.

Neurastênico asno de Buridan

O exemplo clássico de Reid que, solicitado por um mendigo e tendo no bolso várias moedas de prata do mesmo valor, lhe dá uma livremente, não prova nada em favor da igualdade, pois que o motivo de sua decisão não consistia na escolha das moedas, mas sim em favorecer ao necessitado; e, quanto a lhe dar uma e não outra moeda, podem-se supor tantos motivos quantas moedas ele tinha: uma por estar mais à mão, outra por ser a última, por estar mais para cá ou para lá, por ser mais brilhante ou mais opaca ou por ter mais ou menos uso etc., já que, a rigor, não há duas coisas exatamente iguais.

A fábula do asno de Buridan, que morreu de fome por não se decidir entre duas porções de aveia absolutamente semelhantes, é pura ficção, cujo conteúdo filosófico – se é que o tem – não prova nada, nem mesmo a favor da igualdade de motivos.

Um asno de verdade, ainda que fosse neurastênico, já se teria arrumado com mais engenho e filosofia do que o autor da fábula, comendo uma e depois a outra ou saboreando alternadamente ambas as porções.

Se é certo que não há determinação sem motivos e sem razão suficiente, é, em troca, um erro pretender que os motivos nos determinam, pois isto seria reduzir o espírito a um autômato, relegado a desempenhar um papel inteiramente passivo, o que está em contradição com os dados da consciência e com os informes da psicologia experimental e, em especial, da psicopatologia. Com efeito, nos casos de abulia (alteração patológica que se caracteriza por supressão ou diminuição da vontade), não faltam móveis ou motivos, mas falta a vontade para se decidir, e se se entende que esta – segundo o determinismo – a “resultante” daqueles, naturalmente, não poderia faltar. O neurastênico, por sua carência de energia volitiva e nervosa, é incapaz de se determinar, embora a influência das causas que o acoçam seja ainda mais intensa do que nos sujeitos normais. As causas não lhe faltam, e “se – como disse Gatin – a tese determinista fosse exata, ele seria o mais determinado, o mais ativo, o mais volitivo. Mas ocorre exatamente o contrário”. E isso se deve ao estado patológico, que impede o espírito de exercer, normalmente, domínio sobre suas causas e dar-lhes seu valor de preferência.

Conflito de marionetes inanimadas

Por que arte ou segredo de magia sabem os deterministas que são os motivos que nos determinam e não nós que nos determinamos quando temos motivo e razão para isso? Por muito que se investigue, não se encontra no determinismo psicológico fundamento para sua afirmação exclusivista.

Se se admite o espírito como substância ativa – como o querem os deterministas espiritualistas, desde Leibnitz até aqui –, não se pode subordiná-lo à influência exclusiva de motivos, nem considerar estes como fatores potenciais, porque, de duas uma, ou a alma é ativa e, portanto, volitiva e autora de suas determinações, ou é passiva e, neste caso, não pode existir como entidade substancial, consciente e inteligente, posto que a consciência e a inteligência exigem necessariamente atividade, e não se pode considerá-la ativa em alguma destas faculdades e passiva em outras, já que todas elas não são senão modos da mesma atividade anímica.

O motivo – como disse certo filósofo – *é necessário* mas não *necessitante*, quer dizer, é o elemento ou a condição indispensável da determinação, mas não se valoriza a si mesmo, não tem o poder intrínseco de se determinar nem de se dar o valor de preferência; precisa de que a vontade (que é a alma mesma, no entanto, que delibera e determina) lhe dê esse valor, essa razão suficiente de que falam os filósofos, sem a qual o conflito dos motivos seria como um conflito de marionetes na ausência do artista operador. Os motivos não são entidades conscientes que se apresentam à consciência do ser a disputar seus direitos de impulsioná-lo em diversos sentidos. Estão, pelo contrário, submetidos à sua decisão, ao seu poder determinativo.

Acontece comumente que, no processo psicológico do ato voluntário, o motivo de preferência não se apresenta como tal, espontaneamente à consciência, se não depois de uma longa e penosa deliberação. E esta é uma prova a mais a favor de nossa liberdade volitiva, pois se os motivos fossem eficientes por si mesmos para determinar o ato, não haveria necessidade dessa luta eletiva, dubitativa, às vezes longuíssima, na decisão; pois se o motivo levasse em si mesmo a virtude de seu valor de preferência, se imporia aos seus contrários por sua própria força virtual.

Onde há escolha há liberdade, relativa e condicionada, é certo, mas nem por isso deixa de ser liberdade, já que outra não se pode conceber. E é com razão que Descartes pode dizer que “uma escolha ou é livre ou não é escolha”.

Satisfação, mérito, responsabilidade

De outro lado, se a alma não tem nenhuma intervenção ativa nas determinações, não vemos claro por que tenha que sentir remorso quando a ação é, ou a considera má e satisfação quando a considera boa. Porque o remorso e a satisfação não correspondem ao motivo que vence nem ao motivo vencido, que são acidentais, e sim ao sujeito permanente que os escolhe ou afasta, e a prova disso está no fato de que, uma vez desaparecido o motivo que nos levou a agir, nos sentimos inteiramente responsáveis. Pois se o querer ou o agir não dependem de nossa livre vontade, quer dizer, de nós mesmos, os atos, como as suas conseqüências, nos deveriam ser completamente indiferentes, e, nesse caso, não seríamos mais do que simples espectadores do que sucede em nós e fora de nós, sem direito a mérito ou a demérito e sem responsabilidade alguma.

Se tratamos de averiguar qual é a virtude intrínseca que o determinismo atribui ao motivo preponderante, que decide os atos do homem, diz-se que é a força, “o motivo mais forte”, segundo Leibnitz. Se tratamos de inquirir qual é o motivo mais forte, uns respondem, com o filósofo citado, que “é ele que contém a mesma quantidade de bem que há nos outros e algo mais que neles não existe”; outros, que é o dever; aqueles, que é o impulso do desejo; estes, que é o prazer; esses, o que cada um crê mais forte; outros, enfim, o que melhor se conforma com o caráter ou temperamento de cada um; e assim até o infinito. E disto se deduz esta conclusão paradoxal; de que a força do motivo não está no motivo e que este não age como se lhe dá, mas sim segundo lhe consentem e de acordo com o grau de poder determinativo de cada ser; que o que é motivo para um não é para outros e que, para a mesma pessoa, pode sê-lo ou não sê-lo, já que, se hoje deixa-se arrastar pelo prazer ou pelo desejo, amanhã pode-se decidir pelo dever, por trabalhar de acordo com seu caráter ou reagir contra ele. E chegamos ao conto do suposto estudante de Ferri, isto é, de que ajamos como ajamos, sempre um motivo... mas um motivo determinado e de nenhum modo determinante.

A deliberação, repetimos, não se reduz a um simples conflito de motivos que se debatem entre si, pois na verdade interferimos ativamente e damos a esta deliberação o giro e a solução que nos convém (ou que

cremos nos convém), com a certeza mais absoluta que nos dá a consciência e a experiência de que podemos decidir pelo motivo maior ou pelo motivo menor, pelo que nos convém ou pelo que nos prejudica.

Efeito inteligente, causa inteligente

Temos a liberdade volitiva em potência, que é o domínio da alma para poder determinar-se, mas exteriorizamos esta liberdade em atos ou a colocamos em função, quando temos motivos para querer ou para agir, e não caprichosamente, “porque sim”, porque tal liberdade implica a negação de si mesma.

Vemos, pois, que o valor de preferência, a razão de nossas determinações não correspondem ao motivo mais forte e sim à vontade consciente, ao eu volitivo, que é quem lhes dá.

O determinismo universal ou cosmológico, ao sustentar que o livre-arbítrio implica a negação da lei da causalidade, do encadeamento de causas e efeitos que aparecem ligados entre si por relações necessárias, confunde num mesmo termo dois conceitos distintos: atribui à palavra causa – antecedente necessário do ato da vontade que não pode existir sem efeito nem este sem aquele – um significado puramente fenomênico e desconhece a verdadeira causalidade substancial, o espírito, que preexiste à causa fenomenológica e sobrevive a seu efeito, que é de onde procede a determinação.

Se como disse Leibniz: “o porvir está cheio do presente”, “se não há no mundo um só movimento que não esteja ligado a outro movimento”, estes fatos e movimentos não se efetuam sempre mecanicamente, fatalmente, mas se desenvolvem em virtude da natureza e das leis próprias a cada ordem de coisas e de seres.

Se é certo que não há efeito sem causa, não é menos certo que todo efeito inteligente reclama uma causa inteligente e, portanto, no que se refere ao homem relativamente livre. O princípio das leis que exige que as mesmas causas produzam sempre os mesmos efeitos não é exato senão quando se refere à ordem física; na ordem moral, as mesmas causas costumam produzir efeitos distintos e, às vezes, contraditórios.

Examinando este assunto com critério amplo e isento de todo preconceito, vê-se que a verdade está contida entre os dois extremos desta autonomia, entre a tese e a antítese; e que assim como entre o pólo positivo e o negativo está concentrado o mundo e entre o mal e o bem relativo está a síntese do melhor, do mais perfeito, assim também o determinismo e o

livre-arbítrio constituem os dois termos da evolução humana e espiritual, unidos em uma só lei moral que os abraça sem confundi-los.

Síntese conciliadora

Leibniz e Kant, estes dois expoentes da filosofia, deterministas em princípio, chegaram à síntese conciliadora desta autonomia fundamental. O primeiro afirma o determinismo psicológico e, por outro lado, sustenta o ato livre como “espontaneidade do ser inteligente”. O segundo afirma o princípio da causalidade e o determinismo universal, e, por outro lado, sustenta a liberdade como primeiro postulado da *razão prática*. É que a solução de tão árduo problema só pode ser achada na síntese destes dois termos antagônicos.

Chegamos agora às teorias fatalistas:

O fatalismo muçulmano implica uma evidente contradição, pois se tudo está submetido á força cega do Destino, irresistível e fatal – divindade obscura e caótica, oposta à sabedoria dos deuses – nada pode estar escrito de antemão, isto é, predestinado, porque a predestinação exige, logicamente, um poder consciente, que tenha querido, calculado e escrito tudo o que tem que acontecer no espaço e no tempo.

Por outro lado, dizer que, faça-se o que se fizer, o que tem que ocorrer, ocorrerá equivale a sustentar o absurdo de que ações contrárias produzem os mesmos efeitos, que para não se morrer de fome, tanto faz comer ou não comer. E já se podem deduzir as conseqüências morais de semelhante teoria, no caso de nos ocorrer pô-las em prática.

O fatalismo panteístico não está isento de contradições análogas: por um lado, afirma que tudo é Deus, que “tudo quanto existe procede necessariamente de sua natureza e que, portanto, não pode existir o contingente, ou seja, os atos livres; e por outro lado, afirma, implicitamente, que nós somos partículas de Deus, e aí que, sendo Deus “livre” – segundo afirma Spinoza, pois se não o fosse estaria subordinado a um poder superior –, cada um de nós, sendo partículas de Deus, emanções de sua própria substância, deve ter, logicamente, uma quantidade de liberdade proporcional à nossa pequenez, assim como o átomo material, ainda que infinitamente pequeno, é dotado das mesmas qualidades físicas essenciais que a totalidade da matéria cósmica. E vemos como estas vontades relativamente livres, participando da natureza de Deus e movendo-se em seu próprio seio, não podem estar em contradição com a

liberdade absoluta. Isto manifesta o mesmo Spinoza neste pensamento: “Da mesma maneira que o peixe foi feito para nadar e a ave para voar, o sábio tem o direito de fazer o que a razão lhe dita e o insensato, por sua vez, tem o direito de fazer tudo o que lhe aconselhe o apetite, pois uns e outros vivem segundo sua natureza”. O que implica outra evidente contradição, pois se todos os homens procedem da natureza de Deus e não são, em última análise, senão intérpretes de sua vontade, não vemos a razão dos diferentes modos de agir que, por outro lado, não se coadunam com o conceito spinoziano de que é necessário “viver segundo a razão”, ou seja, viver uma vida racional, mandato incompatível com o conceito fatalista segundo o qual cada um faz o que fatalmente tem que fazer... “segundo sua natureza”.

Espaço e tempo: concepções relativas

O fatalismo teológico, ao opor à liberdade humana a presciência divina, esquece que o conhecimento do futuro importa sucessão de tempo e que esta sucessão só existe para os seres limitados. Para Deus, sendo absoluto, não pode existir nem passado nem futuro, mas um eterno presente. Deus não prevê o que sucederá, porque não é um adivinhador e porque prever significa uma visão antecipada do que não existe, e o que não existe em Deus não pode existir no mundo. Deus vê e quer as coisas tal como são e sucedem, e do mesmo modo que sucedem no espaço e no tempo, são como Deus quer que sejam. E, ainda que acontecessem de modo diverso, não deixariam de ser como Ele quer porque as possibilidades de Deus, como o alcance de seus atributos, são infinitas. Dizer que Deus não pode realizar o destino de suas criaturas senão fazendo-as agir de certo modo, é necessariamente limitar o seu poder e a sua sabedoria. O absoluto, o infinito, o onisciente e o onipotente não admitem restrições: o espaço, o tempo, as dimensões, o número, o peso e a medida são concepções relativas.

Repugna à razão fazer com que Deus intervenha até nos atos mais ínfimos de nossa vida, convertê-lo em cúmplice de nossos crimes e fraquezas e ver sua grandeza ocupada em determinar o mexerico de uma comadre que tem de dar por resultado previsto uma confusão de cortiço. Quanto mais sábio e divino é que Deus trace a lei moral com seu positivo e seu negativo, com seu princípio de causalidade e de compensação e que dê ao homem a liberdade relativa de que tem consciência para que, livremente, realize seu próprio destino, sem contradizer seus desígnios superiores. Não esqueçamos que, se Deus é a onisciência absoluta, também é a onipotência absoluta e que se tudo sabe, também tudo pode. E se tudo pode, porque não há de poder, fazer e querer que o homem, agindo livremente, aja sem contrariar sua vontade?

Não poderíamos dar por terminada esta análise crítica das teorias deterministas, sem antes dizer algumas palavras sobre precognição: profecias, premonições, prognósticos etc., posto que costumam servir de argumento para negar a liberdade.

Falhas e parcialidades das predições

É um fato comprovado pela experiência e pelos informes recolhidos que o porvir é, em determinados casos e circunstâncias, suscetível de ser conhecido, seja por meio de revelações diretas, feitas por entidades espirituais extraterrenas, no sonho ou em estado de vigília, ou por intermédio de sensitivos ou outros dotados de faculdades paranormais. Mas o valor das predições para negar a liberdade moral é só hipotético, e nulo, se se refere à liberdade volitiva. Apesar dos fatos acumulados em seu favor, eles não fornecem a prova incontestada que poderia servir de fundamento ao fatalismo: não se pode afirmar, logicamente, que os acontecimentos preditos não possam ocorrer de maneira diferente do que ocorrem e sem que pese sobre eles a fatalidade. Ainda não se estabeleceu, tampouco, de um modo científico, que se pode predizer o porvir a todas as pessoas e, menos ainda que nosso plano de existência, com todos os seus detalhes, acidentes, está predeterminado pela lei de causalidade espírita, sem que nossa vontade e nossa razão intervenham livremente no desenrolar dos acontecimentos.

Em muitos casos, as predições têm falhado e em outros só deram resultados parciais, o que prova melhor que estes acontecimentos estão sujeitos a contingências e que as predições podem ser o resultado do cálculo ou de deduções ou induções. Pois, assim como no plano terrestre existem espíritos de grande alcance intelectual que nos predizem, às vezes com exatidão matemática, os fenômenos naturais e suas influências para a vida e a economia dos povos, fundando-se no estudo da natureza e de suas leis físicas e biológicas e segundo o encadeamento das causas concorrentes; assim como adivinham com maior ou menor exatidão os acontecimentos políticos e sociais; as guerras e as novas formas de sociedade que se sucederão pelo estudo das leis econômicas e históricas, pelo encadeamento dos fatos políticos e sociais, pela psicologia dos indivíduos e dos povos; assim também espíritos desencarnados, cuja elevação intelectual e meios de conhecimento nem sequer suspeitamos, podem pelo estudo das leis cósmicas e espirituais, pelo encadeamento de nossas existências passadas e dos fatos e incidentes ocorridos, predizer-

nos com maior ou menor exatidão nosso futuro imediato em seus mais preciosos detalhes.

Simple aparência de fatalidade

Há casos de precognição pra os quais concorrem fatores tão complexos e vontades tão opostas, convergentes à sua realização, que tudo neles parece fatal. Apesar disso, nada se opõe a que sejam o resultado de autodeterminações individuais ou coletivas, tomadas deliberadamente antes da encarnação e que logo, devido a fatores de ordem espiritual, devam cumprir-se com aparência de fatalidade. Estas predeterminações podem muito bem ficar gravadas no subconsciente do ser, ou dos seres autodeterminados e, de acordo com a tese espiritista, serem pressentidas; ou podem ficar como ideoplastias no meio etéreo ou espiritual e serem vistas por um clarividente ou reveladas por entidades espirituais, encarregadas de recordá-las e também de fazê-las cumprirem-se. Porque, sem desprezo à nossa relativa liberdade, nada nos autoriza a afirmar que não estamos, em certas circunstâncias e até certo ponto, subordinados às influências espirituais de seres desencarnados, muito superiores a nós, encarregados de velar pelo cumprimento de nossas decisões, como também de espíritos inferiores que, para a satisfação de vinganças, às vezes justificadas, forjem acontecimentos criminais e catastróficos, sob cujas secretas inspirações muitas vezes agimos. E isso que parece fatal, do ponto de vista da premonição, não é senão obra premeditada de uma ou mais vontades livres que se impõem a outras mais fracas, mas que podem ser neutralizadas, pela ação de vontades superiores. Cada um de nós, seguindo o encadeamento dos atos realizados em vidas anteriores, traça o plano de sua existência futura, ou segue indeterminadamente o curso dos atos precedentes, como sucede com os seres menos evoluídos. E esse plano, ou pré-determinação voluntária – ainda que dificilmente se pratique segundo a idealização –, que pode ser esquematizado antes de sua realização, entra, desde logo, no futuro e é suscetível de ser predito, sem ser fatal. Mas estes vaticínios têm também seus limites no espaço e no tempo, como o têm na exatidão, e, por isso, tampouco podem ser considerados fatais. Pois, como disse o renomado psiquista Vicente Cavallo:

“Cada um leva em si o passado em ato e todo o futuro em potência – in fieri –; mas a previsão não se estende ordinariamente além de certos limites, além do que circunscreve determinada existência física, além de

onde se estende a cadeia de causas e efeitos, por sua vez causais para os efeitos de determinado período, de determinada fase evolutiva do espírito no plano físico.”

A doutrina dos sonolentos

A lei de causalidade espírita – que não é mais do que a lei moral que rege o destino dos seres – é fatal, no sentido de que produz necessariamente um efeito; mas é contingente ou livre, no sentido de que este efeito, às vezes causal, pode realizar-se de maneira distinta, com um mal recebido, como conseqüência de um mal feito, ou com um bem produzido, como equivalência da mesma má ação. Ou mais explicitamente: na lei de causalidade espírita, os termos morais contrários se compensam opondo o bem ao mal, e equivalem aos termos negativos mal por mal, causado e recebido. Um tanto de mal feito pode ser emendado com um tanto de mal recebido ou com um tanto igual de bem devolvido. Aqui também, como se vê, a causalidade é bilateral e, por conseguinte, não há fatalidade. Quanto ao determinismo que existe nesta lei, ele se concilia perfeitamente com a liberdade, segundo o conceito espiritista.

Em apoio ao que foi dito, citaremos a opinião de duas autoridades de peso, de dois pensadores profundos e investigadores incansáveis dos fenômenos premonitórios e de tudo quanto se relaciona com o estudo da alma:

“Não é, pois, impossível – disse Flammarion – conciliar nosso sentimento de liberdade com o conhecimento premonitório dos acontecimentos futuros... O fatalismo é a doutrina dos sonolentos; os fatalistas esperam os acontecimentos que eles supõem que hão de se produzir apesar de tudo, acima de tudo. Nós, pelo contrário, trabalhamos e colaboramos na marcha dos acontecimentos. Longe de sermos passivos, somos ativos, construímos nós mesmos o edifício do porvir. O determinismo não se deve confundir com o fatalismo. Este representa a inércia, o primeiro representa a ação... Nossos atos mais importantes são determinados, às vezes, pelas circunstâncias e por nossa vontade.”

“Assim, pois – disse, por sua vez, Ernesto Bozzano –, deixando de lado as comparações, terminaremos fazendo constar que, por regra geral, e baseando-nos na análise comparada dos fenômenos premonitórios, se é obrigado a reconhecer que o destino dos povos e dos indivíduos está submetido às leis cósmicas da Necessidade e da Liberdade harmoniosamente unidas, e tudo isto tendo em conta uma finalidade que,

ainda que inescrutável, deixa entrever que deve explicar-se no sentido ascensional da Necessidade até a Liberdade. De modo que a melhor solução do árduo problema se apresenta indiscutivelmente assim: nem livre-arbítrio nem determinismo absoluto durante a existência do espírito, mas sim liberdade condicionada.”

Livre-arbítrio proporcional

O Espiritismo, ciência e filosofia que dignifica o homem e o faz consciente de seus atos, postula o livre-arbítrio e a responsabilidade das ações humanas, no limite das faculdades do homem, como ser relativo em sua espécie e em relação com o meio cósmico em que se desenvolve, subordinado às leis naturais e divinas que regem seu destino superior, e como indivíduo, no meio social em que atua, segundo o grau de sua evolução espiritual e de sua capacidade moral e intelectual.

Tanto no seu aspecto material como espiritual, o homem é um ser criado ou, se se preferir, emanado de um poder superior, ao qual deve sua existência e com ela suas faculdades. Consciência, inteligência e vontade não são coisas que dependem, em princípio, dele, nem podem extralimitar-se além do domínio alcançado.

O espírito humano leva em si mesmo, inerente à sua natureza e em relação a seus fatores de ordem exterior, as leis de sua própria evolução, que não lhe é dado ultrapassar. Colocado no meio cósmico em que se desenvolve, envolto na matéria, aprisionado em um organismo, sujeito a leis biológicas, fisiológicas e psíquicas, vinculado ao meio social e etnológico ao qual se habitua, ligado ao lento processo de sua existência milenária, modelado segundo a educação e o ambiente familiares, encadeado, enfim, à lei de causalidade universal, não pode agir senão de acordo com sua natureza perfectível e com o seu grau de evolução relativa. E sua liberdade é, por conseguinte, também relativa. Está restringida por uma infinidade de influências conhecidas e desconhecidas.

Nos seres humanos, que ainda não chegaram a um estado de consciência superior, a atividade volitiva é quase instintiva e habitual. Predomina neles a necessidade. No entanto, à medida que vão tomando consciência de sua existência, de seu fim na vida e dos meios para realizá-lo, esta atividade vai-se convertendo em reflexiva, inteligente e raciocinada, até chegar a ser tão livre quanto pode sê-lo em relação ao grau de progresso alcançado. Por isso, o Espiritismo postula que “o livre-arbítrio é sempre proporcional ao grau de adiantamento do espírito”.

O homem, uma força atuante

O Espiritismo tem em conta os estados patológicos e anormais, nos quais a liberdade é completamente nula. Sabe que o 29 demente, o idiota, o obsedado, o que atua sob a influência irresistível do álcool ou sob a sugestão hipnótica, o subjugado pela paixão amorosa, etc., não agem livremente. E sabe ainda que, nos seres normais, há uma infinidade de fatores que restringem a liberdade. Mas sabe também que se pode educar e fortalecer a vontade e que o homem é uma força atuante, que pode reagir e vencer, de acordo com o seu empenho, e que, ainda que vencido no ato, resta-lhe a liberdade volitiva de não haver querido, capaz de afrontar de novo a luta e vencer.

Tendo em conta estas considerações, o Espiritismo gradua a responsabilidade de cada ser segundo sua evolução moral e a relatividade de seu livre-arbítrio e deixa a punição moral a cargo da consciência individual e das conseqüências naturais que as ações encontram na lei de causalidade espírita. Crê que é “prudente e sábio abster de julgar”. Ensina-nos a sermos indulgentes com as fraquezas e erros dos demais, levando em conta nossos próprios erros e fraquezas.

Como disse o eminente espírita Dr. Geley: “Todos fomos, em encarnações anteriores, criminosos e miseráveis; e se no final temos sabido nos elevar até ao conhecimento da beleza e do bem, seria rebaixarmo-nos de novo ao nível dos culpáveis se os castigássemos com nosso desprezo”. De nossa parte completamos: se lhes aplicássemos castigos materiais ou concedêssemos à sociedade – conjunto anônimo de pecadores – o direito iníquo do castigo legal. Pois a sociedade, como entidade política legalmente constituída, só tem a obrigação de persuadir, ensinar, educar, redimir e enaltecer os indivíduos, começando por modificar, corrigir e elevar suas instituições e suas leis, para não dar o triste exemplo de delinqüência, crime, vício e latrocínio.

Ante este elevado conceito de liberdade e de responsabilidade que se depreende do Espiritismo, nós, espiritistas, nos inclinamos reverentes e nos sentimos felizes de saber que ele não nos faz nem autômatos, nem vítimas, nem verdugos.



Autores Espíritas Clássicos